

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 14 / 05 / 2024

Ata n.º 10 destinada a:



ATA N.º 10

Aos catorze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... VALENTINO SALGADO CUNHA

VICE-PRESIDENTE SUSANA MARIA BARREIROS GONÇALVES

VEREADORES RICARDO MANUEL COELHO VIDEIRA
TIAGO ANDRÉ HORTELÃO ALDEIAS
LUÍS FILIPE LARANJO MATIAS

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 09H30.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que no dia 24 de abril esteve presente na passagem da Romaria a Cavalos na Freguesia de Landeira e, nos dias 24 e 25, participou nos vários eventos de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, nomeadamente, na Mostra Etnográfica e no Concerto realizado na Parada D. Pedro V e em vários momentos solenes, dos quais destaca a Sessão Solene e a inauguração do mural dos "50 anos Abril", feito pelos alunos Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, junto às piscinas municipais, bem como outros momentos desportivos e culturais. No dia 26 participou no "Laço Humano", no âmbito do Mês da Prevenção dos Maus Tratos Infantis, organizado em colaboração com a CPCJ e o Agrupamento de Escolas e, no mesmo dia, esteve presente na Assinatura de Protocolos do Associativismo. No dia 27 esteve presente no 3.º Encontro Anual de Cante Alentejano, no Centro Sociocultural, e no dia 29 de abril esteve presente no Aniversário da CPCJ, realizado no Fórum "A Praça", bem como na reunião com a AIMA, no âmbito da concretização do CLAIM de Vendas Novas, na qual foi informado que no mês em curso



abrirão formações para os técnicos que o Município designar para servir de apoio à constituições do CLAIM. No dia 30 participou na cerimónia de tomada de posse do Comandante do Regimento de Artilharia n.º 5 e, também, no início da apresentação do Projeto EDA50 – Escolas à Descoberta de Abril, promovido pelo Agrupamento de Escolas, e ainda na sessão da Assembleia Municipal, que decorreu no Fórum “A Praça”. No dia 3 de maio participou no Networking Breakfast, no âmbito do aniversário da StartUp, no dia 5 esteve presente na entrega da taça de campeão distrital ao Estrela Futebol Clube, no dia 6 participou na visita à EB de Monte Branco, com a DGEstE, bem como numa reunião com o STAL, na Câmara Municipal. No dia 9 esteve presente no jogo da Seleção de Sub16 masculina, que se realizou no Estádio Municipal, no dia 10 esteve presente na 3.ª Edição do Business Challenge, realizado no Fórum “A Praça”, participou na reunião com a Associação ADN Trilhos na Câmara Municipal e, ainda, numa reunião com a Sr.ª Diretora de Évora da Autoridade Tributária, na Câmara Municipal. No dia 11 esteve presente no Dia da Família, no Jardim Público, e também no Final da Liga da Fundação INATEL, de Futebol de 11, da época 2023/2024, no Estádio Municipal de Vendas Novas.

Interveio a **Vice-Presidente**, referindo que no dia 24 de abril participou nas atividades de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e esteve também presente na passagem da Romaria a Cavalos, na Freguesia de Landeira, no dia 26 participou no “Laço Humano”, organizado pela CPCJ, em parceria com o Agrupamento de Escolas, bem como na assinatura de Protocolos do Associativismo, no Auditório Municipal. No dia 29 esteve presente na reunião com a AIMA, com a Dr.ª Cristina Milagre, e no Aniversário da CPCJ e no dia 30 esteve presente na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, no seu 17.º aniversário, na Casa do Campino em Santarém. Nesse mesmo dia, participou na Assembleia Municipal, no Fórum Cultural “A Praça”, no dia 4 de maio esteve presente na apresentação do Projeto Trimagisto, com a apresentação do “Levantei-me do Chão”, no Auditório Municipal, no dia 6 participou na visita à EB de Monte Branco, com a DGEstE, e numa reunião, por videoconferência, com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, no dia 9 esteve presente no Jogo de Futebol da Seleção de Sub-16 masculinos, da República da Irlanda com a Suíça, e nas conversas em Redor da Liberdade, no Centro de Convívio dos Reformados, e no dia 11 de maio participou no Dia da Família, no Jardim Público.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, dando conhecimento que no dia 25 de abril participou na Sessão Solene do 50.º Aniversário do 25 de Abril, bem como nas restantes atividades inseridas nas comemorações, no dia 27 esteve presente no Encontro Anual de Cante Alentejano, no Centro Sócio Cultural, no dia 30 participou na sessão da Assembleia



4.
#

Municipal de Vendas Novas, no dia 1 de maio esteve presente no Encontro de Aeromodelismo Indoor, que decorreu no Pavilhão Municipal, e no dia 11 participou no Final da Liga da Fundação Inatel de futebol de 11.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, informando que no dia 24 de abril esteve presente na Passagem da Romaria a Cavalos na Freguesia de Landeira e nas várias iniciativas associadas às Comemorações do 25 de Abril, no dia 27 participou no 3.º Encontro Anual de Cante Alentejano, no dia 30 participou na Assembleia Municipal, no dia 11 esteve presente no Final da Liga da Fundação Inatel de futebol de 11, bem como no Dia da Família, no Jardim Público, e reuniu também com a Diretora da USF de Vendas Novas.

Tomou a palavra o **Vereador Luís Matias**, informando que no dia 24 de abril participou Mostra Etnográfica e Concerto dos 50 anos do 25 de abril, na Parada D. Pedro V, no dia 25 esteve presente na Sessão Solene do 50.º Aniversário do 25 de Abril e nas restantes atividades realizadas nesse dia e no dia 11 de maio participou nas atividades do Dia da Família, no Jardim Público Municipal.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, referindo que a partir do corrente mês a Câmara Municipal passou a assumir um conjunto de competências na área da saúde, sobre as quais a CDU demonstra algumas preocupações, questionando como está a ser feito todo o processo. Considera que o Governo deve ser pressionado para transferir as verbas e outros meios para resolver os problemas já existentes anteriormente.

Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que, de grosso modo, concorda com a intervenção do Vereador Tiago Aldeias, dando algum enquadramento do que tem sido feito. No que diz respeito às competências da saúde, na primeira reunião que tiveram com a ULS a perspetiva que eles tinham, era que as coisas estavam mais avançadas do que realmente estavam e o trabalho teve de ser iniciado nesse momento com passagem de informação para o Município de Vendas Novas. Informa que existem três temas que foram as preocupações imediatas, dois deles são contratuais e o outro era a questão dos recursos humanos, que ficou "preso" muito tempo, porque o Governo não fez a publicação da lista nominativa dos trabalhadores que transitaram para o Município, mas a questão já foi resolvida. Relativamente à viatura que ficou avariada, refere que como a mesma avariou antes da passagem de competências, o valor da reparação será assumido pela ARS. Sem prejuízo disso, existe o compromisso de vir, brevemente, uma viatura elétrica para o Centro de Saúde. Em relação aos médicos de família, informa que a situação já se encontra resolvida, tanto em Vendas Novas, como na Landeira.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, referindo que os moradores do Bairro da Liberdade, nas Piçarras, se têm queixado com a infestação de ácaros nas suas habitações, sendo



necessário que se proceda à limpeza de ervas na sua envolvente ou à desinfestação. No que diz respeito à venda dos lotes municipais, questiona qual o procedimento em curso e se o concurso vai voltar a abrir, de forma a permitir que as pessoas concorram, ou abrir um procedimento que fique aberto num período mais alargado.

No que diz respeito ao Bairro da Liberdade, o **Presidente** refere que irá verificar com os serviços de veterinária e proceder ao corte de ervas nos lotes municipais, caso isso ainda não tenha sido feito. Em relação à venda de lotes municipais, informa que esta fase terminou a 9 de maio, o lote da Afeiteira que era para habitação teve 10 concorrentes, nas Piçarras houve concorrentes para 2 lotes, 1 concorrente a cada, e o lote junto ao antigo Intermarché também teve 1 concorrente. Afirma que irá voltar a abrir concurso para os lotes que não foram vendidos, estando a ser analisado se pode ser feita uma alteração no alvará de loteamento da Afeiteira, para transformar os lotes de habitação e comércio em apenas habitação, para que os mesmos possam ser vendidos.

Relativamente ao tema da saúde, o **Vereador Ricardo Videira** refere que, segundo tem conhecimento, não é conhecido o número de cidadãos vendasnovenses que não têm médico de família, incluindo as pessoas que recentemente chegaram ao Concelho de Vendas Novas, parecendo-lhe importante sensibilizar todas as entidades que têm responsabilidade na atribuição do médico de família. Em relação ao CLAIM, questiona se já está estabilizado qual irá ser o modelo que vai ser seguido e se existe um planeamento para o implementar.

Relativamente aos utentes sem médicos de família, o **Presidente** informa que o que lhe foi transmitido é que poderia haver um conjunto de residentes no Concelho de Vendas Novas que não estariam registados no Centro de Saúde, o que dificultaria saber quantas pessoas não têm médico de família. No que diz respeito ao CLAIM, informa que foi recebida recentemente a notificação da JRS, de que o FAMI não teria aceiteado a candidatura para a constituição do CLAIM em conjunto com a JRS. Nesse sentido, o executivo diligenciou para abrir o CLAIM Municipal, iniciando-se a formação em breve em articulação com a AIMA e espera que o processo seja concluído com rapidez.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, solicitando que o executivo informe os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" logo que tenha um planeamento para o CLAIM. Em relação à fábrica de ensacamento de carvão em Bombel e aos problemas irradiados pela mesma, questiona qual o ponto de situação das ações realizadas pelo Município, no âmbito das suas responsabilidades, nomeadamente no plano urbanístico.

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que do ponto de vista das competências do Município, o problema urbanístico encontrado, pode não resultar na suspensão da atividade laboral da unidade industrial, pelo que terá que ser visto com outras entidades públicas,



4
#

medidas que sejam eficazes na resolução do problema em concreto. Refere que está a ser articulado com a CCDR Alentejo e com outras entidades que a mesma convocou no âmbito da vistoria realizada, para que se encontrem novas ações para resolver o problema.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, afirmando que a intervenção do Presidente relativamente às limitações de ação de âmbito legal numa situação deste género, reforçam a sua preocupação em relação à prevenção de constrangimentos ambientais como sinalizaram há cerca de um mês em relação ao Parque Industrial de Vendas Novas. Em relação à vistoria feita com a DGEstE no dia 6 de maio, pergunta se houve algum tipo de considerações, mesmo que não vinculativas, que apontem, ou não, para a viabilidade da abertura da Escola de Bombel. Em paralelo, questiona se o Presidente tem previsão para entregar o estudo, que foi aprovado por unanimidade, na reunião de Câmara Municipal de 14 de novembro de 2023. Pergunta ao Vereador Tiago Aldeias se na sua proposta referente à Escola de Bombel, solicitou a realização de um estudo ou a abertura da mesma.

Relativamente à Escola de Bombel, o **Presidente** informa que dará conhecimento do estudo, assim que for recebido o parecer da DGEstE.

Relativamente à Escola de Bombel e à reabertura da mesma, o **Vereador Tiago Aldeias** refere que a CDU entende e defende a reabertura da Escola de Bombel, o que seria uma mais valia para as crianças que já frequentam a creche e o Jardim de Infância de Bombel, pois continuariam na Escola de Bombel, daria a resposta imediata à necessidade de salas de aula e evitava grandes deslocações, mesmo sendo turmas mistas. Afirma ser lamentável as perguntas que foram feitas, pela Bancada do PSD ao Presidente da Câmara Municipal, na última sessão da Assembleia Municipal, e elogia a paciência do Presidente, a responder a um conjunto, que já pareciam repetitivas sobre o estudo, quando o Presidente, que até não concorda com a reabertura da Escola de Bombel, recebeu a DGEstE que se deslocou à referida escola para dar o seu parecer. Afirma que não basta ter aprovado a proposta da CDU, para reabrir a Escola de Bombel, é necessário, principalmente, trabalhar nesse sentido. Refere que o estudo proposto pela CDU e votado por unanimidade na Câmara Municipal tem o resultado que quem o manda fazer quiser, porque pode condicionar o que pretende.

Tomou a palavra o **Presidente**, agradecendo o elogio quanto à sua paciência e esclarece que a constituição de turmas é da competência do Agrupamento de Escolas e não do Município.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que a proposta apresentada pelo Vereador Tiago Aldeias na reunião de Câmara de 14 de novembro e que foi aprovada por unanimidade, foi para realização de um estudo e não para abertura da Escola de Bombel.



Para os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" a elaboração de um estudo é importante para que seja tomada uma decisão, afirmando que querem que o estudo em causa seja apresentado o mais rapidamente possível.

Tomou a palavra o **Vereador Tiago Aldeias**, referindo que a CDU tem propostas para resolver os problemas existentes no Concelho, enquanto o PSD não apresenta qualquer proposta de resolução e passa uma Assembleia a debater com uma proposta da CDU. Afirma que a população de Bombel não está interessada em quem apresenta as propostas ou de onde vêm as mesmas, está sim preocupada que seja encontrada uma solução para as suas crianças.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, concordando que o importante é que seja encontrada uma solução e refere que os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" não têm problema em votar favoravelmente as propostas da CDU, quando estas são boas. No entanto, não aceita que sejam ditas inverdades ou mentiras e o Vereador Tiago Aldeias acabou de o fazer, quando disse o PSD não tem propostas, afirmando o PSD tem propostas, algumas das quais estão vertidas no orçamento municipal, e a Escola de Bombel foi debatida em sede de negociação do orçamento municipal. Considera que deve ser clarificado, perante os Vendasnovenses, que a proposta do Vereador Tiago Aldeias foi para a realização de estudo e não para reabertura da Escola de Bombel, como o referido Vereador afirmou.

Tomou a palavra o **Presidente**, solicitando que as intervenções sejam mais sintéticas.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, questionando o Vereador Ricardo Videira quais foram as propostas que o PSD apresentou para resolver a questão de falta de salas de aula no Concelho, pois não as conhece. Esclarece que a proposta da CDU foi para realização de um estudo para a reabertura da Escola de Bombel, referindo que o PSD necessita do estudo para dizer que são contra a reabertura da Escola de Bombel. Em relação ao orçamento municipal, afirma que a CDU apresentou propostas que o PS inviabilizou e quem chegou a acordo com o PS para viabilizar o orçamento municipal foi o PSD.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, esclarecendo que no ponto 2.13 da negociação do orçamento são referidas as propostas do PSD e o cronograma de implementação, estando o documento disponível online para o Vereador Tiago Aldeias consultar.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, agradecendo a informação, pois não sabia que o documento era público, reafirmando que a CDU fez uma proposta concreta.

O **Vereador Ricardo Videira** afirma que a CDU não apresentou proposta concreta para a abertura da escola. Se tivesse vindo a votação da Câmara Municipal a abertura da escola sem conhecer o impacto que isso tem nas finanças municipais e se a DGEstE o aprova,



4
#

difícilmente poderia ter sido aprovada, precisamente porque são necessários dados técnicos para sustentar uma decisão política, afirmando que é nesse sentido que defendem o estudo.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, afirmando que a CDU continuará a fazer propostas para que o PSD possa fazer política com as mesmas, porque já sabe que o PSD apenas estuda, mas a CDU apresenta propostas para resolver os problemas.

Tomou a palavra o **Vereador Luís Matias**, questionando qual o ponto de situação da recolha de resíduos sólidos e urbanos, quantos camiões estão a trabalhar e quando se prevê que toda a situação esteja normalizada.

Interveio o **Presidente**, referindo que após a avaria das três viaturas foi contratado um serviço externo de recolha, de forma a normalizar toda a recolha e aguarda-se a reparação de duas das três viaturas. Menciona que se tem de tomar uma decisão estrutural, de reforço do número de viaturas, nomeadamente na aquisição de uma nova viatura de recolha de lixo, de forma a não sobrecarregar as viaturas existentes. Afirma que a essa questão é acrescentada a deposição ilegal de verdes e monos em torno dos contentores, dando o exemplo que, para acelerar alguma lista de espera que se acumulou nos últimos tempos, foi feito um sábado para recolha em torno dos contentores, tendo sido recolhidas 10 toneladas de monos e verdes, e em muitos desses contentores no dia seguinte estavam lá mais monos e verdes. Afirma ser impossível fazer recolha em torno dos contentores, permanentemente, sendo que isso irá prejudicar a recolha porta a porta, que deve ser a regra.

Tomou a palavra o **Vereador Luís Matias**, referindo que poderia ter havido uma antecipação da contratação do serviço em causa, de forma a ter uma contingência no serviço. Relativamente à recolha de monos e verdes, considera que se deve divulgar mais o serviço e começar a haver um maior nível de fiscalização, de forma a evitar depósito de resíduos em volta dos contentores. Em relação aos processos de obras, pergunta qual o estado dos processos de licenciamento no Município, solicitando uma informação mensal sobre o estado dos mesmos.

Relativamente aos RSU's, o **Presidente** informa que a contingência existia, até porque a contratação do serviço foi realizada em cerca de quatro horas, o que considera ser quase um record em termos de contratação pública. No que diz respeito ao licenciamento, refere que a realidade muito próxima, que já se vive, é que cada vez venham menos processos à Câmara Municipal, porque a comunicação prévia é deferida diretamente por si, sem a necessidade de vir a reunião de Câmara, clarificando todo o seu procedimento.

Tomou a palavra o **Vereador Luís Matias**, afirmando que a contingência não funcionou, porque o sistema não deveria ter parado e assim que ficou apenas com uma viatura a funcionar, deveria ter sido logo acionado um serviço externo, de forma a minimizar o



impacto à população. Em relação ao urbanismo, afirma que é importante para os Vereadores da Oposição terem a informação sobre os processos que dão entrada e o respetivo seguimento.

Interveio o **Presidente**, informando que os serviços irão tentar fazer um apanhado para entregar aos Vereadores.

Relativamente à recolha do lixo, o **Vereador Tiago Aldeias** afirma que foi batido o record de má gestão operacional, pois em reuniões anteriores já tinha abordado a questão da necessidade de se adquirir viaturas para recolha do lixo e foi-lhe respondido que os serviços não identificavam nenhum problema. Nesse âmbito, considera que o recurso a uma prestação de serviços foi tardio, pois o problema já estava identificado. Para terminar, deixa saudações aos atletas e às associações com práticas desportivas desenvolvidas no Concelho.

Interveio o **Presidente**, subscrevendo a congratulação do Vereador Tiago Aldeias e informando que foi solicitado que as associações dessem conhecimento à Câmara Municipal dos atletas que devam ter reconhecimento pelos feitos alcançados.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que está de acordo com o reconhecimento aos atletas, mas todos deveriam ter o mesmo destaque por parte do Município.

Interveio o **Presidente**, referindo que nem sempre o Município tem conhecimento dos acontecimentos.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Expediente

2.1.1 - 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e PAM de 2024

Presente, para apreciação e votação da Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e PAM do ano 2024. A alteração comporta alterações de 15.991,89€ nas despesas correntes.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias e com votos a favor da Vice-Presidente Susana Gonçalves e do Presidente Valentino Cunha, aprovar a 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e PAM de 2024.



4

#

2.1.2 – Criação de Fundo de Maneio Temporário para a 29.ª Corrida da Cidade

Presente proposta do Presidente para que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Regulamento de Fundo de Maneio, aprove a constituição de um fundo de maneio temporário para o pagamento de prémios na 29.ª Corrida da Cidade de Vendas Novas, que se realizará no dia 18 de maio de 2024, nos seguintes termos: a) Valor: 3.970 € (três mil novecentos e setenta euros); b) Responsável: Nuno Manuel Rosado Branco, assistente técnico do Serviço de Desporto do Município de Vendas Novas; c) Data de Constituição: 17 de maio de 2024; d) Data de Regularização: 20 de maio de 2024.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação do Fundo de Maneio Temporário para a 29.ª Corrida da Cidade no montante 3.970,00€.

2.1.3 – Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um Técnico Superior (área de formação em Transportes, Geografia ou análogo), através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para o Serviço de Gestão Territorial da DAP

Existindo lugares por preencher no Mapa de Pessoal do Município, presente proposta do Presidente para que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, e nos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprove: 1. O recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, na área de formação em Transportes, Geografia ou análogo, para o Serviço de Gestão Territorial da Divisão de Ambiente e Planeamento; 2. Que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público.

Tomou a palavra o **Presidente**, apresentando, em conjunto, os pontos, 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5. Interveio o **Vereador Luís Matias**, informando que os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" se irão abster na votação dos três pontos, alertando para o impacto económico e financeiro que os compromissos acarretam ao Município a longo prazo.

Tomou a palavra o **Presidente**, lembrando que o pessoal faz trabalho que é necessário para a prossecução dos serviços e tarefas da Câmara Municipal.

Interveio o **Vereador Luís Matias**, concordando com o Presidente e informando que não estão contra a abertura de postos de trabalho no Mapa de Pessoal, mas a gestão é de todos e cada euro aplicado em determinado projeto ou política, vai impactar outros investimentos que deveriam ser feitos e isso irá acontecer a longo prazo, ou até a médio prazo.



Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que se se pretende ter o CLDS em funcionamento, é necessário contratar postos de trabalho para o mesmo.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, concordando com a abertura do posto de trabalho para o CLDS e para o serviço de recursos humanos, mas irá abster-se no que diz respeito ao posto de trabalho de geografia e transportes, porque entende que a questão seria resolvida com um assistente técnico. Aproveita para afirmar que a área operacional deveria ser reforçada.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, clarificando que as suas dúvidas não estão relacionadas com o CDLS, mas com a gestão geral do mapa de pessoal, pois sente que são assumidos compromissos a trinta ou quarenta anos, sem ter a perceção se será necessário ter o posto de trabalho criado.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias e com votos a favor da Vice-Presidente Susana Gonçalves e do Presidente Valentino Cunha, aprovar o recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, na área de formação em Transportes, Geografia ou análogo, para o Serviço de Gestão Territorial da Divisão de Ambiente e Planeamento, e que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público.

2.1.4 - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um técnico superior com formação em segurança no trabalho, para a Secção de Recursos Humanos da Divisão Administrativa e Financeira (DAF), através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Existindo lugares por preencher no Mapa de Pessoal do Município, presente proposta do Presidente para que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, e nos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprove: 1. O recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, com formação em segurança no trabalho, para a Secção de Recursos Humanos da Divisão Administrativa e Financeira (DAF); 2. Que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores



1
4
#

Ricardo Videira e Luís Matias e com votos a favor do Vereador Tiago Aldeias, da Vice-Presidente Susana Gonçalves e do Presidente Valentino Cunha, aprovar o recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, com formação em segurança no trabalho, para a Secção de Recursos Humanos da Divisão Administrativa e Financeira (DAF), e que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público.

2.1.5 - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um técnico superior com formação em sociologia, para a Serviço de Desenvolvimento Social da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano (DIDH), através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Existindo lugares por preencher no Mapa de Pessoal do Município, presente proposta do Presidente para que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, e nos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprove: 1. O recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, com formação em sociologia, para a Serviço de Desenvolvimento Social da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano (DIDH); 2. Que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público; 3. Que a efetivação do recrutamento para ocupação do posto de trabalho fique condicionada à aprovação da candidatura do Município ao projeto "CLDS-5G".

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias e com votos a favor do Vereador Tiago Aldeias, da Vice-Presidente Susana Gonçalves e do Presidente Valentino Cunha, aprovar: 1. O recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, com formação em sociologia, para a Serviço de Desenvolvimento Social da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano (DIDH); 2. Que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público; 3. Que a efetivação do recrutamento para ocupação do posto de trabalho fique condicionada à aprovação da candidatura do Município ao projeto "CLDS-5G".



2.1.6 - Fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Instalações de Iluminação Pública (IP em BTN) para o Período 2024-2026

No seguimento das autorizações prévias da Assembleia Municipal de 30 de abril do corrente ano, de "... abertura de procedimento para fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Instalações de Iluminação Pública (IP em BTN) pelo período de 2 anos, com início previsto em outubro do corrente ano..." e de "... assunção dos compromissos plurianuais para fornecimento de energia elétrica ao Município de Vendas Novas", no sentido de poder ser iniciado procedimento de concurso respetivo, apresenta-se à consideração da Câmara proposta de programa de concurso (PC) e caderno de encargos (CE), que contém como anexo perfil de consumo do município, para efeito de cálculo de valores das propostas pelos concorrentes, para concurso público internacional para Fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Instalações de Iluminação Pública (IP em BTN) para o Período 2024-2026, com o valor base de 1.377.254,70€.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de concurso público internacional para Fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Instalações de Iluminação Pública (IP em BTN) para o Período 2024-2026, aprovar as respetivas peças do procedimento (programa de concurso e caderno de encargos) e aprovar a nomeação do júri do procedimento.

2.1.7 - Águas e Saneamento

- O consumidor n.º 8774 solicita a redução na tarifa da RSU e Saneamento da fatura de água n.º 36521, processada no mês junho de 2023, com valor de RSU de 145,56 €, e na fatura n.º 43390, processada no mês julho de 2023, com o valor de RSU de 117,80 €. A redução da Tarifa de RSU encontra-se prevista na Tabela de Tarifas e Preços em vigor no Município, em caso de rotura comprovada na rede predial de abastecimento público de água, o que se verificou.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado pelo consumidor n.º 8774, devendo ser criadas duas notas de crédito, a abater o valor 136,08 € à tarifa de RSU na fatura n.º 36521 e o valor de 108,32 € à tarifa de RSU na fatura n.º 43390, conforme informação INT_CMVN/2024/2133.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- O consumidor n.º 5653 solicita a redução na tarifa da RSU da fatura de água n.º 11141, processada no mês fevereiro de 2024, com o valor de RSU de 22,48 €. A redução da tarifa de RSU encontra-se prevista na Tabela de Tarifas e Preços em vigor no Município, em caso de rotura comprovada na rede predial de abastecimento público de água, o que se verificou.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado pelo consumidor n.º 5653, devendo ser criada nota de crédito a abater o valor de 11,00€ à tarifa de RSU na fatura n.º 11141, conforme informação INT_CMVN/2024/3278.

- O consumidor n.º 9403 solicita o pagamento da fatura de água n.º 4166, no valor de 967,73 €, em 6 prestações, e a redução da correspondente tarifa da RSU, com o valor de 31,80 €. O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Município de Vendas Novas prevê, no seu art.º 50.º, sempre que o consumo de determinado período seja considerado anormal, o pagamento da fatura em prestações, no máximo até 6 meses. A redução da tarifa de RSU encontra-se prevista na Tabela de Tarifas e Preços em vigor no Município, no seu art.º 5.º, em caso de rotura comprovada na rede predial de abastecimento público de água, o que veio o requerente comprovar, conforme registo fotográfico do local da reparação de rotura.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado pelo consumidor n.º 9403, devendo ser criada uma nota de crédito, a abater o valor 24,72€ à tarifa de RSU, ser anulada a supracitada fatura e autorizado o pagamento em seis prestações mensais, uma prestação no valor de 157,1 € e 5 prestações no valor de 157,17€ cada, acrescidas de juros de mora, com início na fatura processada a partir do mês seguinte à deliberação camarária, passível de associação da respetiva prestação, conforme informação INT_CMVN/2024/1922.

2.1.8 – Transferência do montante do seguro de acidentes pessoais dos Bombeiros Voluntários e dos elementos que integram os órgãos executivos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas

Tendo em conta que a ANMP informou a CMVN que no final do ano de 2023 que por decisão do Conselho Diretivo da ANMP, o contrato de seguro de acidentes pessoais para os



Bombeiros Voluntários que abrangia os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, terminaria a 31 de dezembro de 2023, no início do ano de 2024 foi acordado entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas que a AHBVVN contratasse um seguro de acidentes pessoais dos bombeiros voluntários pelo período de 6 meses cujo montante seria transferido posteriormente pela Câmara Municipal, mediante a apresentação dos documentos relativos à contratação do Seguro pela Associação.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas do montante de 2.810,75€, relativo ao seguro de acidentes pessoais dos bombeiros voluntários e dos elementos que integram os órgãos executivos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.

2.1.9 - Resumo diário da tesouraria

Presente o **resumo diário de tesouraria**, respeitante ao dia 13 de maio, cujo saldo é de 1.501.839,15€, correspondendo 1.290.093,04€ a dotações orçamentais e 211.746,11€ a dotações não orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 11H13 sendo a presente minuta assinada pelo Sr. Presidente, Valentino Salgado Cunha, e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a lavrei.

Os documentos identificados na presente minuta são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 14 de maio de 2024



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, **por unanimidade**, na reunião realizada em **09/07/2024**.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF